



A Linguística Histórica no século XX e seus desdobramentos nos estudos sociolinguísticos: uma homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva

20 thcentury Historical Linguistics and its developments in sociolinguistic studies: a tribute to Rosa Virgínia Mattos e Silva

Emília Helena Portella Monteiro de Souza*
Universidade Federal da Bahia,
Salvador, Bahia, Brasil

Norma da Silva Lopes**
Universidade do Estado da Bahia,
Salvador, Bahia, Brasil

Resumo: Aborda-se, neste artigo, a Linguística Histórica na perspectiva dos estudos contemporâneos. São desencadeadores desse tema dois artigos e um livro de Rosa Virgínia Mattos e Silva, para quem se presta homenagem. Tem-se, como objetivo, verificar o que Mattos e Silva apresenta sobre a linguística histórica e, a partir daí, numa perspectiva histórica sócio-histórica, contemplar um autor do século XVIII, Luís dos Santos Vilhena, e sua obra, o Livro 1 de cartas dirigidas a D. João, príncipe de Portugal. A partir dessas cartas, num recorte, se procede a um estudo variacionista do uso dos clíticos, para se identificar que padrão gramatical escrito apresenta Vilhena, se do português clássico, do português moderno, ou do nascente português brasileiro. Seguindo o que apresenta Mattos e Silva, da complementaridade de teorias, nessa contemporaneidade, se alia o estudo teórico de Galves (2007), sobre a periodização do português, em que se toma a Língua-I, a gramática, e não a Língua-E, possibilitando verificar a competição de gramáticas, e o estudo de Galves e Lobo (2009) sobre os clíticos, a uma análise variacionista. A conclusão a que se chega é que a gramática escrita dos clíticos de Vilhena evidencia o português clássico, predominante nos séculos XVI e XVII. Para essa conclusão, concorreram os aspectos levantados sobre o autor e sua obra, e os aspectos estruturais estudados. Sobre o uso proclítico, esse é o que vai predominar, tempos depois, na gramática do português brasileiro, passada a fase mais enclítica do oitocentos.

Palavras-chave: Palavras-chave: Linguística histórica. Mattos e Silva. Vilhena. Periodização do português. Análise dos clíticos.

Abstract: In this article, Historical Linguistics is approached in the perspective of contemporary studies. Two articles and a book by Rosa Virgínia Mattos e Silva, to whom a tribute is paid, trigger off this theme. Our objective is to verify what Mattos e Silva presents about historical linguistics, whence we aim to study an 18th century author, Luís dos Santos Vilhena, and his work (Book 1), a compilation of letters addressed to D. João, prince of Portugal, in a historical socio-historical perspective. From selected passages of these letters, a

*Professora Permanente do PPGLinC/UFBA, Salvador, Bahia, Brasil

**Professora Permanente do PPGEL/UNEB, Salvador, Bahia, Brasil

variationist study of the clitic usage is carried out so as to identify which grammatical pattern Vilhena presents, whether it is from classic Portuguese, modern Portuguese, or upcoming Brazilian Portuguese. Following what Mattos e Silva presents regarding the complementarity of theories in this contemporaneity comes the theoretical study of Galves (2007) on the periodization of Portuguese, in which the I-Language and the grammar are considered and not the E-Language, making it possible to verify the competition of grammars. Along with that study comes the one by Galves and Lobo (2009) on the clitic to a variationist analysis. The conclusion we come to is that Vilhena's clitics usage in his written grammar is an evidence of classical Portuguese, predominant in the 16th and 17th centuries. The aspects raised about the author and his work, as well as the structural aspects studied have led us to this conclusion. Regarding the proclitic usage, this is what will predominate later in the Brazilian Portuguese grammar, after the most enclitic phase of the 1800s.

Keywords: Historical Linguistics. Mattos e Silva. Vilhena. Periodization of the Portuguese Language. Clitics Analysis.

1 INTRODUÇÃO

O recrudescimento da linguística histórica deu-se no século XX, depois dos estudos saussurianos voltados para a estrutura da língua e para o seu funcionamento de natureza sincrônica, que predominaram na primeira metade do século XX. O marco dos novos tempos nas pesquisas em linguística histórica se estabeleceu com a teoria da Sociolinguística laboviana, ao apresentar a heterogeneidade do sistema linguístico na sua imanência, estando esse sujeito à variação e à mudança. Neste texto, busca-se apresentar esse momento de retomada da linguística histórica, numa perspectiva dos estudos contemporâneos, em que linguistas como Rosa Virgínia Mattos e Silva deram contribuições valiosas para o seu escopo. Também pretende-se apresentar um estudo variacionista, a partir de um documento do século XVIII. Sendo assim, este texto será dividido em três partes: primeiramente, tem-se a parte teórica introdutória; a segunda parte é a apresentação de Luis dos Santos Vilhena, o professor de grego na Bahia do final do século XVIII, e o seu Livro 1, que é uma compilação das cartas escritas por ele, endereçadas a D. João; na terceira parte faz-se uma análise do uso dos clíticos no *corpus*, constituído das seguintes partes do Livro 1: *Dedicatória, Catálogo, Carta 1, A cidade da Bahia*, para objeto de um estudo variacionista. Verifica-se como a sociolinguística, tomada na abrangência da linguística histórica sócio-histórica, concorre para elucidar sobre usos que vão estar relacionados a um momento histórico dentro da grande temporalidade.

1 O QUE DIZEM OS TEXTOS DE ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA SOBRE A MUDANÇA LINGUÍSTICA

Em vários de seus textos, Mattos e Silva aborda a questão da mudança linguística. No Inter-GT/ANPOLL/96, “Teorias contemporâneas da mudança linguística” (1996), a lingüista abriu os trabalhos com o texto *Breves reflexões sobre a mudança linguística*, em que retoma discussões anteriores, em atividades desde 1990, por iniciativa do GT de Sociolinguística; também este texto vai “[...] colocar a questão da possibilidade de complementaridade entre teorias e métodos de perfis próprios, tais como a teoria da gramática gerativa, a teoria sociolinguística e a teoria discursivo-funcionalista no tratamento da complexa e multifacetada questão da mudança linguística” (p.2). A Autora demonstra

como tem ocorrido essa complementaridade, embora, como diz, sejam teorias que apresentem diferenças fundamentais quanto à concepção de língua, quanto ao quadro teórico metodológico em que operam, quanto aos objetivos que buscam alcançar. Essas teorias são apresentadas por ela, a partir da referência aos “problemas” da mudança linguística de U. Weinreich, W. Labov e M. Herzog, no trabalho fundador *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*¹ (1968): problema dos fatores condicionantes, problema da transição, problema do encaixamento, problema da avaliação, problema da implementação.² A gerativa, a partir do modelo de Princípios e Parâmetros, tem-se valido da sociolinguística quantitativa, sobretudo nas questões interpretativas da mudança sintática - Mattos e Silva cita Tarallo, em um de seus últimos trabalhos (*Reflexões sobre o conceito de mudança linguística*, 1991), quando ele diz que a teoria da mudança gerativista busca responder ao problema da “origem da mudança” o “actuation problem”; os sociolinguistas buscam “a propagação da mudança”, o “transition problem”, tanto na estrutura linguística como na sociedade; Mattos e Silva acrescenta ao trabalho da sociolinguística o “embedding problem”. Com referência aos funcionalistas, seria o “constraint problem”, ou seja, como as línguas continuam a funcionar no seu processo contínuo de mudança e o “transition problem”. Mattos e Silva destaca a Sociolinguística, como das três teorias citadas, a única que tem como questão central a mudança diacrônica, diretamente relacionada à variação sincrônica, [...] “que não só estabeleceu um *insight* metodológico e teórico fundamental, ou seja, a relação entre a diacronia sincrônica, isto é, no tempo aparente, e a diacronia no tempo real [...]”. Considera que, entre outros ricos filões que a Sociolinguística abriu, está a definição dos chamados, por Weinreich, Labov, Herzog, “problemas” da mudança linguística. A Autora, ainda nesse texto, apresentado no Inter-GT, faz referência a Alice Harris e Lyle Campbell, que são a favor da complementaridade entre teorias formalistas e funcionalistas e sócio-históricas. Contemporaneamente, o funcionalismo e o formalismo se associam em trabalhos de gramaticalização; o funcionalismo se associa à sociolinguística, com trabalhos sociofuncionais. A complementaridade entre teorias tem sido a tônica dos estudos linguísticos hodiernos.

No artigo de 1999, intitulado *O renovado impulso nos estudos históricos do português: temas e problemas*, Mattos e Silva procura informar sobre “os desenvolvimentos atuais dos estudos histórico-diacrônicos sobre a língua portuguesa realizados e em realização no Brasil, decorrentes do novo interesse pela linguística histórica, a partir dos inícios dos anos oitenta”. Nesse texto, ela faz uma retrospectiva dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil, afirmando que os que podem ser considerados científicos se iniciaram nas primeiras décadas do século XX, sob a égide do que Leite de Vasconcelos (nas suas *Lições* de 1911 (1959)) e Serafim da Silva Neto (no seu *Manual de Filologia Portuguesa* de 1957) consideravam filologia. Além da citação desses dois filólogos, ela cita outros autores e suas obras fundadoras desse “período filológico” dos estudos linguísticos brasileiros, dentre esses Antenor Nascentes, Amadeu Amaral, Ismael de Lima Coutinho, Said Ali, Theodoro Maurer

¹*Empirical foundations for a theory of language change.*

² Mattos e Silva, neste texto de 96, não traduz “os problemas”, mas o faz no livro de 2008, p. 104, 105.

Jr e Serafim da Silva Neto. Segundo a Autora, Serafim da Silva Neto corporifica o “filólogo prototípico” da primeira metade do século XX, no Brasil: romanista, filólogo *stricto sensu*, com suas edições de textos medievais portugueses, historiador da língua, dialetólogo... Os trabalhos desses autores são considerados herdeiros da linguística europeia oitocentista, hegemonicamente linguística histórica.

A Autora destaca a década de sessenta do século XX como um divisor de águas nos estudos linguísticos brasileiros, época de criação da cadeira de Linguística, como matéria obrigatória do currículo mínimo dos cursos superiores de Letras (1963). Dessa forma, diz Mattos e Silva (p. 129):

Assim sendo, a chamada linguística moderna só começa a difundir-se nessa altura e com ela a hegemonia dos estudos sincrônicos ou acrônicos abstratos dos estruturalismos, logo superpostos, no Brasil, pelos gerativismos que se sucederam, decorrendo disso o inevitável refluxo dos estudos históricos no seu sentido estrito, ou seja, o estudo do processo histórico de mudança linguística no decorrer do tempo real da história das línguas.

Mattos e Silva faz referência à Sociolinguística e a seu texto-base, o *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, já citado, cuja orientação de pesquisa logo se implementou no Brasil, primeiramente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, depois na Universidade Estadual de Campinas (p. 131). Esse modelo teórico-metodológico, embora, segundo Mattos e Silva, se centre na variação sincrônica, inter-relacionada a fatores sociais, prevê o estudo da mudança em curso, no chamado *tempo aparente*, e também no *tempo real*, para dirimir questões teórico-metodológicas de *variação estável* ou de *mudança em curso*. Pesquisas no português brasileiro, a partir desse modelo, evidenciaram a heterogeneidade social do português brasileiro. E hoje, citando Lucchesi (1994), diz Mattos e Silva que o português brasileiro é não só heterogêneo como polarizado e plural, haja vista os usos plurais “entre a minoria portadora das *normas cultas* do chamado *português culto*, mas sobretudo na maioria portadora das *normas vernáculas* do chamado *português popular*”. Os estudos sociolinguísticos sincrônicos tornaram evidente essa realidade complexa, levando alguns sociolinguistas a buscarem “interpretações históricas rastreadas para essa realidade multifacetada do presente” (p. 132). Conclui ela que esse percurso do presente para o passado é o que tem impulsionado os estudos históricos sobre o português brasileiro.

Quanto à gerativa, a partir da chamada teoria de princípios e parâmetros, foram realizados estudos em sintaxe comparada sincrônica e diacronicamente que se mostraram bastante frutíferos. Assim é que na década de oitenta, iniciaram-se os estudos da sintaxe comparada do português europeu *versus* o português brasileiro, na Universidade Estadual de Campinas. Declara Mattos e Silva que o gerativismo paramétrico foi um outro móvel para o renovado impulso dos estudos históricos do português (p. 133). Mas, na linguística brasileira da atualidade, foi a sociolinguística correlacional que impulsionou essa volta de interesse por questões históricas do passado. Mattos e Silva refere-se a alguns nomes da linguística no Brasil, que desenvolveram pesquisas, tanto na sociolinguística, como Anthony Naro, Marta Scherre; quanto na gerativa, quanto na união da gerativa paramétrica com a sociolinguística, como Charlotte Galves, Mary Kato, Fernando Tarallo; Alan Baxter (de La Trobe, Austrália) voltado para a crioulística contemporânea, e Dante Lucchesi (da

Universidade Federal da Bahia) têm investido na pesquisa sobre *vestígios de descrioulização*, em comunidades históricas afro-brasileiras.

Como uma outra vertente de pesquisa histórica sobre o português, ainda neste texto de 1999, Mattos e Silva faz referência ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), sediado na Universidade Federal da Bahia e organizado por pesquisadores dessa Universidade e da Universidade Estadual de Feira de Santana em 1991 e coordenado pela pesquisadora até 2012, quando do seu falecimento. O campo de pesquisa desse Programa abrange o português desde suas origens escritas no século XIII e, a partir do século XVI, vai em direção ao português brasileiro. Como pesquisadora do português arcaico, a produção inaugural sobre esse período é sua obra *Estruturas trecentistas* (1989) (p. 137). Mas já houve outras produções a partir das pesquisas realizadas pelo grupo do PROHPOR, como um livro coletivo sobre a *Carta de Caminha de 1500* (1996); e publicações de pesquisas sobre aspectos da morfossintaxe do período arcaico para o moderno. Acrescenta Mattos e Silva que, a partir desse ano, o grupo já constituído em dois núcleos, o de Salvador e o de Feira de Santana, vem concentrando-se em um Projeto sobre a morfossintaxe e sintaxe quinhentista. Também existem duas equipes que iniciam pesquisas em arquivos da Bahia, para vasculhar documentação não literária, de preferência cartas, com o objetivo de rastrear o português escrito no Brasil em documentação que se admite mais próxima do português em uso no Brasil dos séculos passados. Sobre a vertente teórica base desses estudos sobre a língua, não há apenas uma teoria linguística exclusiva, diz a Autora, mas tem-se mobilizado os métodos descritivos, necessários como base de organização dos dados históricos; há pesquisas em que se toma a teoria gerativa, sobretudo nos estudos referentes à ordem sintática; outras, o modelo variacionista e, mais recentemente, modelos funcionalistas, em função de estudos sobre a gramaticalização na formação histórica de alguns fatos gramaticais do português. Mattos e Silva chama atenção para o fato de que nesta década iniciou-se um retorno à pesquisa sobre a sócio-história linguística do Brasil, ou seja, a tradicionalmente chamada *história externa*. E diz que já na organização do grupo PROHPOR, em 1991, um dos projetos iniciais foi o do “Estudo de fontes para a sócio-história do português do Brasil”, proposto por Tânia Lobo, e que o implementou em sua tese de doutorado. (p. 137, 138).

Além de tratar do PROHPOR, Mattos e Silva faz referência a pesquisas em desenvolvimento em algumas universidades brasileiras. Destaca o *I Seminário Nacional para a História do Português Brasileiro*, pela iniciativa de Ataliba de Castilho, em abril de 1997. O *II Seminário* foi previsto para maio de 1998, ocasião em que se poderia elaborar um *Projeto Nacional*, um trabalho coletivo na direção de uma reconstrução e escrita de uma história do português brasileiro.

Mattos e Silva faz uma síntese do que foi apresentado nesse texto (p. 139):

Pelo exposto nos itens anteriores, os modos de fazer linguística histórica sobre o português na atualidade brasileira percorrem, nesses últimos anos, as pautas da sociolinguística correlacional; do gerativismo paramétrico; da crioulística; do descritivismo interpretativo; das teorias funcionalistas sobre a gramaticalização; da linguística sócio-histórica e da história social da linguagem; das fonologias não lineares e, também, da filologia enquanto ciência do texto.

Esses artigos de Mattos e Silva são emblemáticos, haja vista a recuperação dos estudos de linguística histórica, sob a égide das teorias linguísticas que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX, no Brasil, nos grupos de pesquisas das universidades brasileiras, incluindo o PROHPOR - UFBA e UEFS, considerados no seu nascedouro. Muitos artigos e livros foram escritos por Mattos e Silva, nas décadas finais do século XX e nos anos iniciais do século XXI, abordando a linguística histórica, a linguística histórica sócio-histórica, agendas de pesquisas sobre o português brasileiro, até o seu falecimento.

Dos livros escritos, é o *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível* (2008) o que mais diretamente a Autora trata sobre a linguística histórica de forma ampla. Há uma retrospectiva dos primeiros estudos e seus autores, na linguística oitocentista; também trata das teorias linguísticas contemporâneas e como essas lidam com a mudança linguística. Dessa obra serão pinçadas apenas algumas noções a título de sistematização de suas principais ideias sobre a linguística histórica, e que estão na parte introdutória, como será visto.

Nessa Introdução, a autora faz uma síntese inicial do que vai ser desenvolvido, e faz algumas questões, num total de cinco, as quais ela vai responder. Essa é uma forma bem didática, para apresentar os conceitos básicos do que é discutido sobre a linguística histórica, para relacionar essa teoria a outras, às quais a linguística histórica está relacionada. Sobre a primeira questão colocada, que é a respeito de que trata a linguística histórica, ela diz (p.8):

Tradicionalmente, define-se a linguística histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórnicas, sintáticas e semântico-lexicais- ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo.

Para a Autora, há duas grandes vertentes na linguística histórica: a linguística histórica *lato sensu* e a linguística histórica *stricto sensu*. A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como é qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora*, tal como os estudos descritivos, sobretudo do estruturalismo norte-americano. Nesse caso, ela faz referência ao seu livro *Estruturas trecentistas* (1989), em que descreveu os dados de um longo texto do século XIV, *Os quatro livros dos Diálogos de São Gregório*. Pertencem, também, à linguística histórica *lato sensu*, os estudos dialetológicos, tanto atlas linguísticos, como monografias sobre dialetos regionais; os estudos sociolinguísticos, como os da sociolinguística variacionista; estudos etnolinguísticos; as teorias do texto, do discurso e da conversação, que se baseiam em *corpora* datados e localizados.

Quanto à linguística histórica *stricto sensu*, essa se volta sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas. Mattos e Silva chama atenção para o fato de essa ser a concepção tradicional de linguística histórica, e essa poder ser trabalhada em duas orientações: a) a linguística histórica sócio-histórica e a b) linguística diacrônica associada. A linguística histórica sócio-histórica considera fatores extralinguísticos ou sociais, também fatores intralinguísticos. (p.9). A linguística histórica

diacrônica associal considera apenas fatores intralinguísticos, como é o caso dos estruturalismos diacrônicos e do gerativismo diacrônico. Acrescenta Mattos e Silva que a linguística no sentido estrito depende diretamente da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos do passado. A filologia, então, como “ciência do texto” é base dos dados da linguística histórica. (p.10).

O segundo ponto discutido por Mattos e Silva é sobre sincronia e diacronia, sobre as quais ela coloca a seguinte questão: será possível separar sincronia de diacronia? A resposta foca, primeiramente, nesse postulado saussuriano, que se tornou para os estruturalismos um dos postulados básicos da linguística moderna. O que fez cair por terra o postulado saussuriano da homogeneidade da língua e a dicotomia sincronia x diacronia foi a teoria da variação, ao admitir a heterogeneidade sincrônica. Assim se expressa Mattos e Silva (p. 11):

Essa “heterogeneidade ordenada” permitiu que a mudança linguística se integrasse a esse modelo teórico, que criou o artifício metodológico do “tempo aparente”, dando margem à demonstração da mudança numa diacronia sincrônica, com base no estudo da variação de falantes de faixas etárias diferentes, conviventes numa mesma comunidade de fala, em um mesmo tempo e lugar. Pelas frestas da variação etária se evidenciava, na sincronia, a diacronia.

A terceira questão posta é relativa à diferença entre linguística histórica e diacrônica. Mattos e Silva diz que comumente não se distingue uma da outra, mas essa distinção deve ser feita. Pois o que os gerativistas fazem é buscar explicar as mudanças – no caso, sintáticas – que ocorreram sem considerar fatores externos, ou sócio-históricos. Ela diz que essa posição teórica é consequente com a teoria gerativa, que considera a linguística como uma “ciência natural” e não “histórica”. Já a linguística histórica leva em conta os fatores extralinguísticos ou sócio-históricos. (p. 12)

A quarta questão colocada é se é possível fazer linguística histórica ou diacrônica sem considerar a filologia. Primeiramente, Mattos e Silva identifica como alguns filólogos definem a filologia, no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos sobre a língua portuguesa. Em seguida, ela assim se pronuncia:

A filologia, hoje, parece integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como modernos. Assim a filologia assume seu lugar como “ciência do texto”, [...] (p. 14).

Ela acrescenta que a filologia aqui no Brasil recuou para dar espaço à linguística moderna, que aqui “aportou” na década de 1960, e com a retomada dos estudos histórico-diacrônicos, pela via da sociolinguística, do gerativismo e, mais recentemente, pela via dos funcionalismos, muitos linguistas foram em busca da “relegada filologia.”(p. 15)

A última questão diz respeito à relação entre linguística histórica e linguística teórica. Inicialmente, Mattos e Silva verifica como Robert Martin (2003[2002]) e Carlos Alberto Faraco (2005) discutem essa relação. Apresenta, posteriormente, as decisões que foram tomadas em relação ao PROHPOR: não seguir uma linha teórica única; e que qualquer trabalho/pesquisa deveria ter uma “base descritiva” e, de acordo com a formação e

objetivo de cada um e cada trabalho/pesquisa, a base teórica deveria ter coerência e consistência teórica, qualquer que fosse. Quanto ao aspecto metodológico, Mattos e Silva diz que toda teoria tem o seu método: “analogamente às classes sociais dos estudos de mudança linguística no “tempo aparente” da teoria laboviana, o “tipo” ou “gênero de texto” são variáveis externas ou extralinguísticas que devem ser consideradas”. (p. 19).

Também é discutida a questão da língua falada e escrita. A Autora diz que na documentação do passado, não havendo uma normatização ortográfica, “a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz, ou seja, da língua no seu uso primeiro, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático, discursivo” (p.21). Mattos e Silva conclui esta Introdução voltando à questão primeira, para qual a linguística histórica tem procurado resposta, “Por que as línguas mudam?” “Como as línguas mudam?”. Ela retoma os conceitos já discutidos de linguística histórica no sentido estrito e linguística histórica no seu sentido lato, e diz que não se pode hoje deixar de pensar na linguística histórica no sentido estrito e antigo – a mudança das línguas ao longo do tempo -, como na linguística histórica, em seu sentido lato e recente, “que abarca as manifestações contemporâneas de fatos linguísticos não coetâneos” (p. 22). Também chama atenção para o fato de, recentemente, o processo de constituição das línguas começar a entrar como argumento de teorias linguísticas que têm como objetivo fundamental não o responder ao porquê e ao como as línguas mudam, mas como elas se desencadeiam ontogenicamente no indivíduo e como representar essa possível gramática “natural”.

Essas foram algumas das discussões empreendidas por Mattos e Silva, sobre a linguística histórica, das quais os textos de 1996, 1999 e a obra de 2008 (em que foi apenas enfocada a Introdução) são apenas exemplificativos de quão rica e abrangente foram as suas reflexões sobre esse tema, e que ela vivenciou durante a sua vida produtiva de pesquisadora e professora.

Vai-se focar, a seguir, um autor e uma obra do século XVIII. Os dados levantados devem concorrer para informações sócio-históricas e linguísticas, e daí a compreensão da obra e do momento histórico recortado.

2 UM PROFESSOR DE GREGO NA BAHIA SETECENTISTA E SUA OBRA

Toma-se, nesta sessão, a obra de Luís dos Santos Vilhena, Volume I, dedicada à Bahia: *A Bahia no século XVIII*. O cenário, como dito, é a Bahia da segunda metade do século XVIII, que se afunila para se focalizar o professor de grego Vilhena, e parte de sua obra, a partir da qual será desenvolvido um estudo sociolinguístico. Pretende-se verificar com que padrão linguístico ele se expressa, observado pelo uso dos clíticos.

Conhece-se Luís dos Santos Vilhena (1744-1814) e sua obra, por Edison Carneiro, seu segundo editor, na *Apresentação*, no Volume I (Livro I); também pelo *Prefácio* de Braz do Amaral (1861-1949), e pelas suas *Notas e Comentários*, que se seguem a cada Carta, essas dirigidas ao príncipe D. João. Assim se expressa Edison Carneiro, sobre Braz do Amaral: “A crônica de Vilhena muito deve a Braz do Amaral (1861-1949), que por ela se interessou

ao manuseá-la na Biblioteca Nacional e tudo fez, entre 1917 e 1922, até vê-la impressa, como parte das comemorações do centenário da independência Nacional”.

Assim é que se fica sabendo que Luís dos Santos Vilhena era português, natural da vila de S. Tiago de Cassino³, e veio para a Bahia ser professor régio de grego, exercendo esse ofício de 1787 a 1799. Antes de vir para a Bahia, ele serviu a Sua Alteza Real por quase dez anos, como militar, no Regimento de Infantaria da Praça de Setúbal.⁴ Durante esse período, também estudou e aprendeu as línguas latina e grega. Aqui se dedicou ao ensino, e ocupou o tempo vago a escrever a *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasileiras*, como disse a D. João: “Não foi igualmente, Senhor, a avareza de ter a que me instigou a procurar estas notícias, e expô-las neste estilo; mas sim a satisfação do espírito, e desafeição ao ócio.” (p. 18). Este é o título original desse livro, depois, ainda em manuscrito, o título foi simplificado para *Cartas de Vilhena*. A primeira edição é de 1922. Esta, a que se está consultando, é a segunda edição, editada por Edison Carneiro, que introduziu algumas modificações, como ele mesmo afirma, na *Apresentação* do Livro 1:

O arranjo do texto nesta nova edição das *Cartas de Vilhena*, se fez visando tanto ao leitor comum como ao erudito. Os muitos senões da edição de 1922 estão corrigidos, que reproduz fielmente o original manuscrito da Biblioteca Nacional, com todos os erros de sintaxe e toda a pontuação nesta (e, às vezes, falta de pontuação) que contém.

Carneiro também esclarece sobre a inserção dos subtítulos e notas de rodapé. Mas a Editora Itapuã (1969), logo no início do Livro 1, apresenta algumas outras alterações feitas, nessa segunda edição como: mudança do título para *A Bahia no século XVIII*; disposição da matéria em três volumes, em vez de em dois; inclusão, no terceiro volume, da Carta XXI, que tinha se perdido, e que foi depois encontrada e foi publicada em folheto independente, por Braz do Amaral (1935); foram introduzidos novos títulos para as Cartas, pois no original são identificadas como *primeira, segunda* etc.; houve a divisão de cada Carta por meio de subtítulos; e, em termos gramaticais, foi usada a ortografia oficial; utilização do grifo ou itálico, quando justificada; eliminação das maiúsculas desnecessárias, entre outras questões.

Pelas informações dadas por Braz do Amaral (1922), Vilhena escreveu vinte e nove Cartas, das quais as vinte primeiras foram endereçadas a Filopono, codinome do príncipe D. João, depois rei de Portugal e do Brasil, sob o nome de D. João VI, em 1802. Segundo Edison Carneiro, essas primeiras vinte Cartas foram redigidas na Bahia, em 1798 e 1799.

³ Segundo Edison Carneiro, “Pouco mais se sabia de Vilhena, além de sua alegação de haver servido ao Soberano 35 anos, ‘tanto nas armas, como nas letras, assim neste reino, como no Brasil[...]’”. Até que a educadora baiana Anfrísia Santiago encontrou, no Livro de Óbitos da freguesia da Vitória correspondente aos anos de 1810-1845, dois documentos, um em que revela a idade e naturalidade de Vilhena - que nasceu em 1744 e faleceu em 1814, com 70 anos. Está sepultado no convento de Santa Teresa no Hábito do Carmo, e deixou no testamento, como herdeira, a mulher e “dez missas de corpo presente e mais outras.” O outro documento refere-se à morte da mulher, D. Maria Antonia, em 1817.

⁴ Petição encontrada por Braz do Amaral e transcrita no Prefácio à obra de Vilhena (1969). “Diz Luís dos Santos Vilhena, Professor Régio de Língua Grega na cidade da Bahia, que ele serviu voluntariamente a V.A.V por quase dez anos no exercício das armas no Regimento de Infantaria da Praça de Setúbal na forma constante do Documento nº 1[...]” (p. 5)

A vigésima primeira Carta era endereçada a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, que era ministro do reino, e foi dada como perdida. Quando encontrada, foi publicada em folheto por Braz do Amaral (1861-1949)⁵. Foi este historiador quem encontrou a obra de Vilhena, na Biblioteca Nacional⁶, e a apresentou na Academia de Letras da Bahia, em 1917.

No Livro 1 da edição de Edison Carneiro, Braz do Amaral esclarece sobre a quantidade escrita de Cartas e faz referência a que foi perdida. As primeiras Cartas são precedidas por uma, cujo teor é o oferecimento que ele faz ao Príncipe Regente, tem o título de *Dedicatória*. Segue-se a esta o *Catálogo*, em forma de Carta, em que ele se dirige a Patrífilo, codinome do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, seu grande incentivador. Nesse *Catálogo*, ele apresenta um sumário de cada uma das Cartas, que compõem o Livro 1. Na edição de Edison Carneiro, as Cartas estão distribuídas em três Livros (ou Volumes). O Livro 1 contém, além da *Dedicatória* e do *Catálogo*, as Cartas de 1 a 8.

No que se refere às fontes de Vilhena, Carneiro faz algumas críticas; diz que essas “são, em geral, obscuras”, e que a omissão mais notável é a referente à obra que lhe serviu de modelo, se não de inspiração, *A notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, de José Antonio Caldas, “[...] finalmente publicada, sem as plantas e desenhos do autor, no nº 57 da *Revista* do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1931) e, posteriormente, em edição facsimilar, pela Prefeitura da cidade do Salvador (1951).⁷” Carneiro acrescenta que os assuntos tratados são os mesmos, quase sempre na mesma ordem “e idêntico é, não só o tipo de informação, mas também a sua sustentação documental”. Diz ainda que Caldas limitou as suas buscas à Capitania da Bahia, Vilhena tentou estendê-las “(mal)” a toda a colônia, com propósitos diferentes da simples exposição de Caldas. Sousa (2012, p. 15), que trata da Bahia no século XVIII, faz um comentário interessante, comparando o livro de Caldas com o de Vilhena.

Na versão de Caldas, escrita em 1759, a cidade de Salvador constituía-se como entidade territorial onde as características política, administrativa, econômica, jurídica e religiosa confluíam, sem, contudo, formar um todo orgânico. Por isso mesmo, tais aspectos foram apenas descritos de maneira simples e sequencial, ou seja, de forma analítica, limitados a referências nominais, quantitativas e aleatórias, sem vínculo que indicasse a existência de uma dinâmica urbana.

A nosso juízo, Vilhena foi quem melhor traduziu, em extenso trabalho, a Salvador do século XVIII. As quatro primeiras Cartas, das vinte e quatro que compõem a obra, tratam quase exclusivamente da cidade. Nestas, a Salvador retratada por Vilhena era a cidade governante, embora já não fosse a capital da colônia, e governada, protetora e protegida, frágil e soberana. Foi descrita como unidade orgânica, cujos aspectos geográficos, sociais, econômicos,

⁵ Braz do Amaral era baiano, médico, professor e historiador. Toda a obra de Vilhena possui Notas e Comentários de Braz do Amaral. Diz Edison Carneiro, na Apresentação à obra de Vilhena: “Palpitantes de *bahianidad*, as notas e comentários de Braz do Amaral são hoje inseparáveis do texto de Vilhena”.

⁶ Esse manuscrito foi encontrado na Biblioteca Nacional, sob o número 2544, por Braz do Amaral.

⁷ Hoje existe a edição semidiplomática desta obra de Caldas. Segue a referência: CALDAS, José Antonio. *Notícia Geral dessa Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Editado por Alcía Duhá Lose, Vanailza Salignac Mazzoni, Perla Peñailillo. Salvador: Memória e Arte, 2015.

políticos, demográficos e institucionais interagiam no processo de formação da malha urbana.

No Livro I, Vilhena apresenta uma visão da Bahia, especialmente de Salvador e seu Recôncavo do século XVIII, com apurados detalhes e, em muitas situações, ele faz comentários e expressa o ponto de vista. Segundo Edison Carneiro, “no afã de criticar, Vilhena aprofundava, nestas cartas ‘familiares’, a sua visão de realidade.” E continua Carneiro: “E a realidade era a decadência – a pobreza, a falta de horizontes, o esgotamento e o marasmo em que vegetava a Bahia em fins do século XVIII”. (Pág. 4 da *Apresentação*).

Mas há aspectos muito interessantes apresentados por Vilhena, sobre o Recôncavo, “O rio Peruaçu [...] Pela extensão das margens deste rio se veem diferentes fábricas, como engenhos, alambiques, curtumes, e outras fazendas. É este rio de muito comércio, e a vila da Cachoeira se faz recomendável, e opulenta por ser caixa de todo tabaco, que se fabrica no seu continente [...]”. (p. 42); sobre a cidade do Salvador, “Há nela muitos edifícios nobres, grandes conventos, e templos ricos, e aseados.” (p. 44); “Não é só no corpo da cidade, em que consiste a grandeza dela, mas em seis bairros, que a circulam; e é o bairro de São Bento, o maior entre todos, e o mais aprazível; [...] com ruas espaçosas, aseados templos, e algumas propriedades nobres.” (p. 45); sobre as ruas, largos, igrejas, a população, o ensino, formas de comércio e sobre alguns aspectos da vida cidadina. Na época em que Vilhena viveu na Bahia, esta já não era a sede do governo geral, e sim o Rio de Janeiro, que passou a ser a sede em 1763. Mas estava-se vivendo um momento em que as reformas pombalinas ainda ecoavam, principalmente na educação, com as aulas régias, com o pagamento do professor pelo subsídio literário; uma situação vivida pelo professor de grego. A expulsão dos jesuítas em 1759 tinha deixado lacunas, e essas ainda não tinham sido resolvidas.

Num rápido panorama linguístico desse período, tem-se a dizer que predominou, praticamente, nos três séculos iniciais do Brasil colônia, um multilinguismo generalizado, em áreas de maior contato: índios integrados à cultura do branco, miscigenados, e falantes de línguas gerais; portugueses e descendentes de portugueses, conviventes com falantes procedentes de várias partes da África e de afrodescendentes; esses, principalmente, na condição de escravos que trabalhavam em vários setores, como nos serviços domésticos, nas fazendas de cana de açúcar, fumo, algodão, especialmente no Nordeste, e também nas áreas de extração do ouro e pedras preciosas, entre os séculos XVII e XVIII, nas Minas Gerais. Esse cenário vai aos poucos se modificando. De acordo com Faraco (2018, p. 29), no século XVIII ocorreu “uma verdadeira virada sociolinguística com o português entrando numa língua ascendente como língua de uso geral na sociedade brasileira [...]”. E acrescenta: “Diante do novo quadro econômico e social criado pela descoberta do ouro, o multilinguismo generalizado dos dois séculos anteriores começava, aos poucos, a perder terreno. Não na Amazônia, mas já no Estado do Brasil”. A hegemonia da língua portuguesa na sociedade brasileira, diz Faraco, não se deu do dia para a noite, mas foi um processo de longa duração, interligado a fatores socioeconômicos. Esta é a situação encontrada por Vilhena, quando chegou à Bahia: a língua portuguesa como língua corrente, a língua da comunicação.

Vilhena era português e, apesar de ser, como diz Braz do Amaral (p.3), “um modesto professor”, foi educado em Portugal, onde passou a maior parte de sua vida, foi militar, estudou línguas clássicas, o latim e o grego, e também as ensinou. Aqui, como já informado, foi professor de grego e era pago pelo subsídio literário. Então se colocam as seguintes questões: que padrão de língua escrita usa Vilhena? A sua linguagem, através do uso dos clíticos, tem características do português clássico, do português moderno, ou já evidencia traços do português brasileiro? Para dar essa resposta, a partir dos estudos de Galves e Lobo (2009), apresenta-se, na seguinte sessão, o resultado de levantamento do uso dos clíticos em textos de Vilhena, a análise das variáveis linguísticas, e discussão dos resultados.

3 QUE PADRÃO DE USO LINGUÍSTICO ESCRITO EVIDENCIAM OS CLÍTICOS NO TEXTO DE VILHENA?

A questão da periodização do português tem sido apresentada por muitos linguistas, com motivações diversas. Mattos e Silva (2002, p. 29) discute essa questão, situando o período arcaico, mais propriamente em duas fases, e estabelecendo o início dos tempos modernos. Assim ela se expressa:

As características linguísticas que tipificam o período arcaico do português se apresentam consistentemente na documentação remanescente dos séculos XIII e XIV e até a segunda metade do século XVI algumas delas permanecem e outras desaparecem (MATTOS e SILVA, 1994), tanto que, nas propostas de periodização da língua portuguesa, se costuma propor uma primeira fase do português arcaico até fins do século XIV e uma segunda, para alguns autores *português médio*, cujo limite é impreciso e divergem os estudiosos da história do português.

Ela acrescenta que “Enquanto [não houver] uma cronologia seriada, relativa e sistemática de fatos linguísticos que existiam no período arcaico mais recuado e vão desaparecendo do século XIV para o XVI, não se pode propor com dados intralinguísticos, os inícios do português moderno ou clássico.” (p. 30). Mattos e Silva diz que prefere moderno a clássico; já Ivo Castro localiza o português clássico nos séculos XVI e XVII (p. 30). Quanto ao início dos tempos modernos, há um consenso no grupo PROHPOR considerar 1536/1540, que se justifica pelo fato de essas datas serem sociolinguisticamente motivadas, já que se inicia o processo progressivo de normatização com as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540). Seguindo o que apresenta Mattos e Silva, nos seus textos a respeito da complementaridade entre teorias, será tomado, de forma sintética, para as discussões o que apresenta Galves (2007), quanto à periodização do português.

A proposta de periodização de Galves segue a linha teórica gerativista, que apresenta a noção de gramática de Chomsky (1985), a Língua--Interna ou Língua-I e a Língua-Externa ou Língua-E. A questão tradicional da periodização, diz a Autora, vai ser

transferida da Língua-E para a Língua-I. Portanto, isso vai levar a que se localize a origem do chamado português clássico em data bem anterior ao século XVI. Quanto ao português brasileiro, a Autora diz que esse evoluiu a partir de uma única gramática, que vai ser chamado de português médio. Algumas conclusões são apresentadas por Galves, a partir de estudos de Galves (2004), retomada em Paixão de Sousa (2004) e Galves, Namiute e Paixão de Sousa (2005), em que adotam a denominação de *português médio* para a fase intermediária entre o português arcaico e o português moderno. Diz a Autora: “Deve-se ressaltar que é durante a fase clássica que a gramática do português médio adquire sua expressão mais perfeita”. (p. 521). É apresentado um gráfico em que as zonas em cinza correspondem aos períodos de competição de gramáticas. A diferença dessa proposta de periodização para as tradicionais esclarece Galves, “é o fato de ela deslocar seu objeto da Língua-Externa para a Língua-Interna, ou seja, de pôr o foco na gramática”. Então o português arcaico é relativo aos séculos XIII, XIV. Conclui a Autora (p. 526):

Desse ponto de vista, o português médio, ancestral comum às duas línguas modernas, tem seu início no decorrer do século XIV, entrando em competição com o português antigo nos textos até o século XVI. É no século XVI e XVII, fase que corresponde ao chamado português clássico, que o português médio aparece de maneira mais ‘impoluta’ nos textos.

O início do português europeu moderno é o século XVIII; também é um marco para o português brasileiro. Quanto à língua trazida pelas caravelas, diz a Autora, é o português médio, a língua falada em Portugal nos dois primeiros séculos da colonização. Na p. 523, quando Galves trata do PB, na Nota 9, esclarece: “Nota-se de início que o português brasileiro compartilha ao menos dois traços sintáticos superficiais com o português médio. O primeiro, mais visível é a próclise [...] que distingue ambos tanto do português europeu moderno quanto do português arcaico (cf. acima)”. “O segundo [...] O português médio também pode ser caracterizado como língua de tópico, no sentido de que o elemento pré-verbal não é, como nas línguas de sujeito, obrigatoriamente o sujeito”. Galves diz que há várias evidências empíricas de que a virada do século XVIII representa um marco para a história gramatical do português europeu.

A seguir, vai-se apresentar uma síntese do texto de Galves e Lobo (2009), tomado para servir de base às análises que serão feitas do texto de Vilhena, no que se refere ao uso dos clíticos.

Galves e Lobo (2009, p. 174) dizem que “A ordem dos clíticos é um dos fenômenos de variação e mudança mais salientes na história do português. A variação flagrada ao longo do tempo afeta dois aspectos da colocação pronominal – a colocação pré-verbal (‘próclise’) ou pós-verbal (‘ênclise’)”. Acrescentam as Autoras que a alternância próclise~ênclise é bastante complexa nas línguas, dependendo de alguns contextos sintáticos, como: orações finitas VS orações não finitas; matrizes VS subordinadas; primeira posição VS segunda posição do verbo na frase; natureza referencial dos sintagmas que precedem o verbo.

Sobre o português europeu, no que diz respeito às orações finitas, pode-se distinguir duas grandes classes de contexto: os que não sofrem nem variação nem mudança ao longo do tempo; os que apresentam variação e que redundam, finalmente, em mudança.

Os que não sofrem nem variação nem mudança ao longo do tempo: orações com verbo em posição inicial absoluta (V1) como contexto que desencadeia categoricamente a ênclise ao longo da história da língua; contextos em que só a próclise é possível, desde os primeiros documentos até o PE moderno. São eles: orações negativas; as orações subordinadas; as orações em que o sintagma pré-verbal é um quantificador; um operador Qu; um sintagma focalizado; um advérbio de uma certa classe. (p. 175).

Os que apresentam variação que redundam, finalmente, em mudança: é aquela em que a colocação pronominal é variável ao longo do tempo. Ocorre em contextos, isto é, em orações nas quais o verbo não está em primeira posição. Na história do português, dizem as Autoras, observam-se, nesses casos, duas mudanças sucessivas e divergentes: a) do século XIII ao XVI, passa-se de uma predominância quase categórica de ênclise à próclise quase absoluta (cf. Lobo, 1992 e Martins, 1994); b) os séculos XVI e XVII são fortemente próclíticos, mas a partir do século XVIII assiste-se a um retorno à ênclise, que se torna majoritária entre os autores nascidos na segunda metade do século (cf. Galves, Brito, Paixão de Sousa, 2006; doravante, GBPS) e passa a ser a única possibilidade no português europeu moderno (p. 176).

Ao investigarem a colocação de clíticos em autores nascidos de 1500 a 1850, GBPS (2006) definem dois conjuntos de contextos de variação: *contextos de variação 1* aqueles formados pelas estruturas em que o verbo é precedido por um sujeito referencial, não focalizado; certos tipos de advérbio; ou um sintagma preposicional com função adverbial; *contextos de variação 2* se referem às orações nas quais o elemento pré-verbal é uma conjunção de coordenação, ou uma oração dependente. Esses *contextos de variação 2* apresentam, desde o século XVI, uma frequência de ênclise bem maior, com uma variação de autor para autor. Em contraste, os *contextos de variação 1* são muito mais regulares de autor a autor e apresentam níveis de ênclise muito baixos nos séculos XVI e XVII, período identificado por muitos como do português clássico.

Galves e Lobo (p.179) apresentam um gráfico (resultado da pesquisa de GBPS, 2005), no qual se observam a mudança que afeta a colocação de clíticos nos *contextos de variação 1*, em autores nascidos de 1542 a 1836. O gráfico evidencia dois momentos na variação ênclise ~ próclise. No primeiro momento, até 1700, observa-se uma variação estável ao longo do tempo, com frequência de ênclise variando de 0% a 20%, em 12 dos 13 autores considerados. No segundo momento, posterior a 1700, a frequência de ênclise vai gradativamente aumentando, até chegar a níveis próximos a 100%, prenunciando o português europeu moderno. As autoras interpretam esses dois momentos como duas etapas gramaticais distintas (P. 179).

Na primeira, a variação seria produzida por uma gramática em que a próclise é a opção não marcada, mas que não exclui a ênclise. A segunda etapa seria a mudança gramatical que tornou a ênclise a única opção de colocação, mantendo-se, porém, a próclise durante um longo período como um resquício da gramática antiga na escrita, em consonância com processo alcunhado por Krock (1994) como de *competição de gramáticas*.

Sobre as orações não finitas, dizem Galves e Lobo (p.180):

Nas orações não finitas do PE, também se podem definir contextos de regra categórica e contextos de regra variável na colocação de clíticos. Mais uma vez, o fenômeno é complexo, particularmente por ser sensível à distinção infinitivo flexionado *vs* infinitivo não flexionado.

As Autoras ressaltam que a colocação enclítica ao verbo infinitivo é sempre categórica quando este é complemento de um outro verbo e que sempre houve alternância ênclise ~ próclise quando o infinitivo é complemento de preposição. Destacam outro aspecto, que é a existência do fenômeno de “alçamento”, que consiste em o clítico se afixar não ao verbo não finito do qual é argumento, mas ao verbo flexionado com o qual o verbo não finito constitui uma locução ou tempo composto.

Galves e Lobo (p. 180) chamam atenção para o fato de que o alçamento do clítico do verbo não finito para o verbo finito só é variável no PE com os infinitivos. Com as outras formas não finitas, gerúndio ou particípio, o clítico sempre aparece junto à forma finita. Como uma conclusão, as Autoras dizem que a análise da colocação de clíticos na história do português europeu, a partir do século XVI, revela a existência de duas gramáticas, uma denominada português clássico, compartilhada por europeus e brasileiros; e a outra denominada português europeu moderno, que se converterá na segunda metade do século XIX, no referencial para o estabelecimento da norma prescritiva brasileira.

Quanto ao português brasileiro, dizem as Autoras, esse difere do português europeu. Ao longo do tempo, tomaram rumos opostos. Enquanto o PE se tornava enclítico, o PB generalizava a próclise, estendendo-a, em particular, à posição inicial absoluta. A outra inovação na sintaxe dos clíticos no PB é o fato de eles se manterem afixados em próclise, ao verbo não finito, tanto nas locuções verbais, tanto nos tempos compostos. Muitos trabalhos evidenciam a variação de uso dos clíticos no PB, no século XIX. Não há praticamente nenhum contexto que escape à variação ênclise ~ próclise.

Apresenta-se a seguir um estudo do uso dos clíticos na escrita de Vilhena, (referente à *Dedicatória*, ao *Catálogo* e à *Carta 1A cidade da Bahia*) numa análise sociolinguística quantitativa, para se verificar os condicionamentos para a realização da próclise, com a identificação da frequência de uso e os pesos relativos dos fatores das variáveis independentes controladas. Foram levantados no *corpus* os usos de próclise e ênclise, nos contextos em que foram utilizados, buscando-se identificar se a escrita de Vilhena revela o português clássico (inserido no período do português médio (GALVES, 2007)), se o português moderno, ou o nascente português brasileiro, proclítico. Para o estabelecimento das variáveis linguísticas, parte-se do estudo de Galves e Lobo (2009), já referido.

A análise empreendida toma como referencial teórico-metodológico a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]), com a utilização do suporte estatístico GoldVarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005), observa a variação da colocação pronominal como variável dependente e como variantes a próclise

e a ênclise. A mesóclise, por falta de dados no *corpus*, não foi incluída entre elas; e, como em toda análise sociolinguística, uma variante é observada como fator de aplicação. Nessa análise, o fator de aplicação é a próclise, ou seja, os resultados são apresentados a partir dessa posição pronominal. Os resultados da variante ênclise podem ser deduzidos a partir dos resultados apresentados para a variante próclise.

Como variáveis independentes, foram controlados 7 grupos de fatores, a seguir listados: (i) presença da negação; (ii) antecedentes do verbo; (iii) gênero textual; (iv) tipo de forma verbal; (v) tipo de oração; (vi) posição verbal; (vii) explicitude do sujeito. Apresentam-se a seguir os resultados da análise com os indicadores de condicionamentos para a realização da próclise. Na análise geral, foram levantados 257 dados de uso de clíticos nas duas posições, próclise e ênclise. Dessas, 198 eram de próclise e 59 de ênclise, conforme se apresenta na Tabela 1, com as frequências correspondentes a cada variante. Esse resultado revela que a ênclise, nos dados levantados, ocorre em percentual bem menor que a próclise, em apenas 23% do total (Tabela 1).

Tabela 1 – Frequência da Próclise e da Ênclise – Análise Geral

| PRÓCLISE | | ÊNCLISE | |
|-------------|------------|-------------|------------|
| Dados/Total | Frequência | Dados/Total | Frequência |
| 198/257 | 77% | 59/257 | 23% |

Fonte: Elaboração das próprias autoras

Das 7 variáveis controladas, apenas as variáveis Antecedentes do verbo, Tipo de forma verbal e Tipo de oração foram selecionadas como elementos que contribuem para a escolha da variante pelo falante.

De todos os 257 dados a negação só ocorreu em 11 dados, em todos os 11 dados ocorreu a próclise, ou seja, não houve variação, por isso essa variável não foi inserida na análise de regras variáveis. Vale registrar que foram encontrados dados que parecem inusitados, em que o **NÃO** se interpõe entre o clítico e o verbo, mas essa construção já foi registrada em outros contextos entre os séculos XVI e XVIII, conforme Ribeiro (2015, p. 44), a exemplo de:

- (1) “até de havê-lo pensado me arrependi, e O **NÃO** FIZERA, a não ter a certeza”
- (2) “que sempre em mim achaste, te confesso ME **NÃO** CONSIDERO com capacidade”
- (3) “ao Comandante do baluarte S. Tomé, que hoje SE **NÃO** SABE onde foram”
- (4) “que depois se chamou, a Povoação do Pereira, da qual SE **NÃO** ACHAM vestígios”
- (5) “Como eu, meu Filopono, ME **NÃO** CONSIDERO ligado à exação”
- (6) “a igreja do Colégio, que foi dos jesuítas, que hoje SE **NÃO** DEVE contar como convento(...)”

(7) “por haver clérigos, que têm razões de sabê-lo, tão ignorantes, e avaros, que perguntando-lho eu sinceramente, ME **NÃO** DÃO resposta”

Pode-se notar que, de 11 dados encontrados, 7 deles apresentam esse contexto, a maioria deles, portanto. Como, em todos os dados em que o verbo foi antecedido pelo NÃO, houve a próclise, essa variante foi de uso categórico. Os outros dados encontrados são os seguintes:

- (8) “(...) Não ME PERMITE a modéstia, e conhecimento próprio(...)”
- (9) “(...) Quisera dever-te o não TE ESQUECERES nunca(...)”
- (10) “(...) não SE FALA na presença dêstes em ação boa(...)”
- (11) “(...) Os pobres não SE TÊM em menos conta que os brancos(...)”

Na análise das variáveis selecionadas pelo programa de regras variáveis na busca de condicionadores da realização da Próclise, os dados revelam que, na variável Antecedentes do verbo, nos dados de Vilhena analisados nesta pesquisa, favorece a próclise principalmente o antecedente Pronome pessoal ou indefinido (peso relativo 0,918); em seguida observa-se o favorecimento do Advérbio (peso relativo 0,728). Desfavorecem a próclise as conjunções/locuções ou orações coordenadas ou subordinadas e a posição inicial (sem antecedente). No ponto neutro (não favorece nem desfavorece) aparece o pronome relativo, demonstrando não favorecer nem desfavorecer (Tabela 2).

Tabela 2 – Condicionamento do tipo de antecedente para a realização da Próclise

| Fatores e exemplos | Dados/Total | Frequência | Peso Relativo |
|--|-------------|------------|---------------|
| Pronome pessoal ou indefinido (12) “EU A COMPARO Senhor a um mineral tosco” | 18/19 | 94,7% | 0,918 |
| Advérbio (13) “que o que ontem SE ESTIMAVA” | 35/37 | 94,6% | 0,728 |
| Pronome Relativo (14) “os vassallos que LHES OBEDECEM” | 60/61 | 98,4% | 0,527 |
| Conjunção coordenativa (15) “notícias, e EXPÔ-IAS neste estilo” | 58/90 | 64,4% | 0,494 |
| Conjunção (ou locução) subordinativa (16) “para satisfazer as instâncias do nosso amigo, LHE ESCREVI mais as seguintes” | 25/36 | 69,4% | 0,412 |
| Sem antecedente (17) “FALANDO-SE em decisões militares, ou conselhos de guerra” | 2/14 | 14,3% | 0,005 |

Fonte: Elaboração das próprias autoras

Na observação da variável Condicionamento do tipo de forma verbal para a realização da Próclise nos dados estudados, foram considerados dois fatores: formas

verbais finitas e formas nominais. A análise revela que a próclise é desfavorecida pelas formas nominais do verbo (infinitivo, gerúndio e particípio) (peso 0,05) e é favorecida pelas outras formas verbais, consideradas finitas (peso relativo 0,800) (Tabela 3)

Tabela 3 – Condicionamento da forma verbal para a realização da Próclise

| Tipo de forma e exemplos | Dados/Total | Percentual | Peso relativo |
|--|-------------|------------|---------------|
| Finita (18) “segundo as minhas fôrças, ME OCORREU, que ainda’ | 191/204 | 93,6% | 0,800 |
| Formas Nominais do verbo (19) “de forma que DANDO-LHE eu princípio em Cartas’ | 8/54 | 14,8% | 0,005 |

Fonte: Elaboração das próprias autoras

Os dados de Vilhena revelaram que, na sua escrita, as orações subordinadas desenvolvidas exercem grande favorecimento para a escolha da próclise (peso relativo 0,70), constituindo-se essa variável como o único tipo de oração que promove essa variante. Dessa forma, pode-se entender que os outros tipos de oração (reduzida, matriz e coordenada) favorecem a ênclise (Tabela 4).

Tabela 4 – Condicionamento do tipo de oração para a realização da Próclise

| Tipo de oração e exemplos | Dados/Total | Percentual | Peso relativo |
|---|-------------|------------|---------------|
| Subordinada desenvolvida (20) “âmbito com que se acha, bairros de que SE COMPÕE” | 134/147 | 91,2% | 0,70 |
| Reduzida (21) “escrevi a Filopono, COMUNICANDO-LHE as notícias” | 5/30 | 16,7% | 0,402 |
| Matriz (22) “PERSUADIA-ME eu que elas poderiam servir de elementos” | 38/51 | 74,5% | 0,336 |
| Coordenada (23) “com pouca diferença e ENTRA-SE nela por dois canais” | 17/21 | 81% | 0,112 |

Fonte: Elaboração das próprias autoras

O estudo sociolinguístico realizado revelou que a escolha da variante próclise nos dados observados de Vilhena não é aleatória, é condicionada por questões estruturais, a seguir elencadas:

- (i) Apesar de terem sido poucos dados de frases negativas, em todas as oportunidades em que o Não é utilizado para negar a informação verbal fez-se uso da próclise;

- (ii) Entre os antecedentes do verbo, foram identificados os pronomes pessoais e indefinidos e o advérbio. Com esses antecedentes verbais, a próclise é escolhida em mais de 90% das oportunidades e o programa de análise estatística utilizado identifica, nesse contexto, um condicionador muito forte para que o falante escolha a próclise;
- (iii) As formas finitas é um contexto que, na escrita de Vilhena, promove fortemente a próclise; ao contrário das formas nominais, que favorecem a ênclise;
- (iv) Dentre os tipos de oração, a oração subordinada favorece a próclise, ao contrário da matriz, da reduzida e da coordenada, que promovem a ênclise.

Diante dos resultados da análise quantitativa, como se pode caracterizar o português expresso na escrita de Vilhena, a partir do material observado? Na escrita de Vilhena, predomina o uso da próclise, 77%, conforme total apresentado da análise dos dados, e 23% de uso da ênclise. Fica evidenciado, a partir do levantamento das variáveis realizado, que o padrão da gramática escrita de Vilhena é o da gramática do português clássico. Nessa, o uso dos clíticos atende ao que Galves e Lobo (2009, p. 174-175) apresentam com referência ao português europeu, nas orações finitas, verbos em posição inicial absoluta (V1), como o contexto em que desencadeia categoricamente a ênclise. Também, nos contextos em que só a próclise é possível, desde os primeiros documentos até o PE moderno, a próclise é majoritária nos dados apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, teve-se como objetivo tratar da linguística histórica, a partir dos estudos de Rosa Virgínia Mattos e Silva, numa ótica da contemporaneidade. Muitos foram os pontos levantados por Mattos e Silva: (i) como situar a mudança linguística nas teorias linguísticas, que floresceram na segunda metade do século XX, a sociolinguística, a gerativa e o funcionalismo linguístico; (ii) como a complementaridade entre teorias; (iii) como o destaque dado à sociolinguística, que, entre as três, é a que tem, nas palavras dela, “como questão central a mudança diacrônica, diretamente relacionada à variação sincrônica”; (iv) como o desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil, e na Bahia, a partir do PROHPOR. Quando da definição de linguística histórica, Mattos e Silva apresenta os conceitos de linguística histórica *lato sensu* e *stricto sensu*; e trata, também, da posição que a filologia assume nos estudos hodiernos.

A partir da concepção de linguística histórica sócio-histórica, que trata dos aspectos extralinguísticos e intralinguísticos, foi desenvolvida a pesquisa com Vilhena, o professor português que ensinou grego na Bahia no século XVIII, e sua obra, o Livro 1 de *Cartas* ao príncipe D. João. Da pesquisa realizada, pode-se verificar que Vilhena nasceu no final da primeira metade do século XVIII, e passou a maior parte de sua vida em Portugal, onde estudou as línguas clássicas, latim e grego, e as ensinou, antes de vir para o Brasil. Conforme Galves (2007), o século XVIII é um século de mudanças linguísticas, em que um novo padrão, o português moderno, se estabelece, tornando-se cada vez mais

enclítico. Vilhena se situa nessa fase de competição de gramáticas, na perspectiva gerativista, mas se mantendo ainda com a gramática do português clássico, com altos índices de frequência da próclise. Os dados históricos sobre Vilhena são muito reveladores de seu padrão gramatical escrito, evidenciado a partir da pesquisa sociolinguística realizada sobre os usos dos clíticos, no Livro 1. Para se chegar a esse resultado, tomaram-se os estudos desenvolvidos por Galves (2007), e os de Galves e Lobo (2009) para servirem de diretrizes ao procedimento da análise. Segundo a proposta de periodização de Galves (2007), o português clássico se situa no português médio, que é o período entre o português arcaico e o português europeu moderno, isto é, nos séculos XVI e XVII. Vilhena tem uma gramática escrita próclítica, atendendo ao que foi diagnosticado como usos do português europeu, que não sofrem nem variação e nem mudança ao longo do tempo e de acordo com o conjunto de contextos em que só a próclise é possível.

Concluem-se esses estudos homenageando a linguista, pesquisadora, professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, que deixou um grande legado à geração de seu tempo e a futuras gerações, para as quais a linguística histórica se apresenta revitalizada, ampliando o seu escopo.

REFERÊNCIAS

GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In CASTILHO, Ataliba et alii (orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro: estudos dedicados a Mary Kato*. São Paulo: FAPESQ; Campinas: Pontes Editores, 2007. P. 513-528.

GALVES, Charlotte; LOBO, Tânia. Ordem dos clíticos. In LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. P. 174-207.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo, Parábola Editorial, 2008 [1972].

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Teorias contemporâneas da mudança linguística. *Comunicação ao INTER-GT/ANPOLL*, 1996 (mimeo).

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. O renovado impulso nos estudos histórico-diacrônicos: temas e problemas. In GARTNER, Eberhard et alii (orgs.) *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt amMain, 1999, p. 127-144.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio L. (orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edvalda (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2015. (p. 41-59).

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 1. Salvador: Itapuã, 1969.

Recebido em: 20/12/2020

Aprovado em: 05/02/2021

Publicado em: 25/07/2021